

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025

Ilmos. Senhores Diretores e Conselheiros da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá- MT

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa às Notas Explicativas elaboradas pela Fundação André e Lucia Maggi, referente às Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

Warley de Oliveira Dias

Diretor

Aviso Legal: "A Morison Global Limited é uma associação global de empresas de serviços profissionais de propriedade e gerenciadas de forma independente. Os serviços profissionais são prestados pelas firmas-membro individuais. A Morison Global Limited não fornece serviços profissionais por direito próprio. Nenhuma firma-membro tem responsabilidade pelos atos ou omissões de qualquer outra firma-membro decorrente de sua participação na Morison Global Limited".

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

CNPJ: 01.832.808/0001-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Cuiabá – MT, 10 de abril de 2025.

Belisa Souza Maggi
Presidente Conselho Curador

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva

Balanco Patrimonial
Para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

		2024	2023			2024	2023
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota Explicativa				Nota Explicativa		
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.504.997	8.357.721	Fornecedores	10	1.585	29.021
Créditos diversos a receber	6	975	5.543	Obrigações trabalhistas e sociais	10	246.278	214.289
Outros créditos	7	5.644	8.381	Obrigações fiscais	10	10.128	3.441
				Receitas de projetos a executar	10 / 19.1	50.000	50.000
Total do ativo circulante		5.511.616	8.371.645	Total do passivo circulante		307.991	296.751
Não Circulante				Patrimônio líquido	11		
Aplicações financeiras	8	13.793.460	12.265.266	Patrimônio social		20.026.888	14.169.658
Imobilizado e intangível	9	232.510	180.062	Ajuste de avaliação patrimonial		493.334	527.043
Total do ativo não circulante		14.025.970	12.445.328	Déficit/superávit do exercício		(1.290.627)	5.823.521
				Total do patrimônio líquido		19.229.595	20.520.222
Total do Ativo		19.537.586	20.816.973	Total do passivo		19.537.586	20.816.973

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado do Período
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

		2024	2023
	Nota Explicativa		
Receita operacional bruta (atividade preponderante, cfe art. 6º do Estatuto Social)	13	7.190.804	10.327.839
Receita de doações e apoio a projetos Pessoa Jurídica com Assistência Social		6.925.968	10.047.537
Receita de doações e apoio a projetos Pessoa Física com Assistência Social		11.209	-
Receita com trabalho voluntário com Assistência Social		252.705	254.972
Receita com gratuidades em serviços com Assistência Social		922	25.331
(-) Custos operacionais (Lei No. 6.404/76, artigo 187)	14	(10.430.072)	(6.253.793)
(-) Despesa com trabalho voluntário	14	(252.705)	(254.972)
(-) Despesa com gratuidades em serviços	14	(922)	(25.331)
Resultado bruto (Lei No. 6.404/76, artigo 187 e ITG 2002)		(3.492.896)	3.793.744
(-) Despesas de custeio		2.166.256	1.972.154
Gerais e administrativas	14	(169.187)	(159.844)
Depreciações	14	(33.709)	(10.780)
Resultado financeiro líquido	15	2.369.152	2.142.779
Outras receitas e despesas	16	36.013	57.623
Outras receitas		36.013	66.233
Outras despesas			(8.610)
Déficit do exercício		(1.290.627)	5.823.521

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)

Histórico	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		11.363.775	2.779.636	552.821	14.696.232
Incorporação ao patrimônio social		2.779.636	(2.779.636)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial		469	-	-	469
Transferência para patrimônio social		25.778	-	(25.778)	-
Superávit do exercício de 2023		-	5.823.521	-	5.823.521
Saldos em 31 de dezembro de 2023		14.169.658	5.823.521	527.043	20.520.222
Incorporação ao patrimônio social	11	5.823.521	(5.823.521)	-	-
Transferência para patrimônio social		33.709	-	(33.709)	-
Déficit do exercício de 2024	11.2	-	(1.290.627)	-	(1.290.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		20.026.888	(1.290.627)	493.334	19.229.595

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2024	2023
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS			
	Nota Explicativa		
Superávit/Déficit do exercício	11.2	(1.290.627)	5.823.521
(+) Despesa com depreciação e amortização	9	33.709	19.390
(-) Realização de ajuste de avaliação patrimonial		2.292	469
Superávit/Déficit do exercício ajustado:		(1.254.627)	5.843.381
Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de créditos a receber		4.568	2.839
(+/-) (Aumento)/Diminuição de outros créditos		446	446
Total de Acréscimo/Decréscimo do AC + ANC		5.013	(12.261.982)
Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC			
(+/-) (Aumento)/Diminuição de fornecedores		(27.436)	(15.294)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de obrigações trabalhistas e sociais		31.990	(25.600)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de obrigações fiscais		6.687	(155)
(+/-) (Aumento)/Diminuição de projetos a executar – fundo pro- educação		-	50.000
Total de Acréscimo/Decréscimo do PC + PNC		11.240	8.950
TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(1.238.373)	(6.409.651)
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(+/-) (Aumento)/Diminuição em aplicações financeiras	8	(1.528.194)	(12.265.266)
(+/-) Imobilizado – baixas (adições) líquidas	9	(86.157)	(118.406)
(+/-) Intangível – baixas (adições) líquidas	9	-	(469)
TOTAL DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(1.614.351)	(118.875)
TOTAL DAS ATIVIDADES (1 + 2)		(2.852.724)	(6.528.527)
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(2.852.723)	(6.528.527)
Saldo no Início do Exercício	5	8.357.721	14.886.248
Saldo no final do Exercício	5	5.504.997	8.357.721

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)**

		2024	%	2023	%
	Nota Explicativa				
1. RECEITAS		9.595.969		12.550.455	
Receitas de Doações e Apoio a projetos Com Pessoa Jurídica com Assistência Social	13	6.925.968		10.047.537	
Receitas de Doações e Apoio a projetos Com Pessoa Física Com Assistência Social	13	11.209		-	
Receita com Trabalho Voluntário	13	252.705		254.972	
Receita com Gratuitades em Serviços	13	922		25.331	
Outras Receitas	16	36.013		66.233	
Receitas Financeiras		2.369.152		2.156.383	
2. VALOR ADICIONADO BRUTO		9.595.969		12.550.455	
RETENÇÕES		(33.709)		10.780	
Depreciação e Amortização	9	(33.709)		10.780	
3. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		9.629.677		12.539.675	
4. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		-		-	
Ganhos na venda ou baixa do imobilizado		-		-	
5. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		9.629.677		12.539.675	
6. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		9.629.677	100	12.539.675	100
Despesas com Pessoal		2.652.404	27,54	2.322.772	18,52
Serviços de Terceiros		2.705.996	28,10	1.524.995	12,16
Encargos e Tributos de Terceiros		-	0,00	591	0,00
Apoio a Projetos Culturais, ambientais, sociais		3.369.926	35,00	542.170	4,32
Apoio, Parceria Continua a Instituições		158.969	1,65	289.582	2,31
Projeto, Sociais, Culturais, Ambientais da FALM		1.033.213	10,73	1.209.163	9,64
Despesas de Viagens		509.565	5,29	364.520	2,91
Despesas Administrativas		164.855	1,71	155.679	1,24
Despesas com Tributos, Taxas e Multas		401	0,00	1.159	0,01
Despesas Financeiras		21.745	0,23	13.604	0,11
Despesas com Seguros		3.931	0,04	3.006	0,02
Despesas com Gratuidade e Voluntariado		253.628	2,63	280.303	2,24
Outras Despesas		45.673	0,47	8.610	0,07
SUPERAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.290.627)	13,40	5.823.521	46,44

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
(Valores expressos em reais – R\$)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Somos a Fundação André e Lucia Maggi (FALM/Fundação), uma organização social sem finalidade econômica, responsável pela gestão do Investimento Social Privado (ISP) da AMAGGI. Desde 1997, trabalhamos para promover o desenvolvimento local e humano, alinhando nossos esforços à missão de combater desigualdades sociais e criar oportunidades para todas as pessoas.

A FALM é pautada pela Política e Investimento Social Privado¹ que estabelece a forma como realiza seus investimentos em projetos sociais nas localidades prioritárias. A partir das disposições dessa Política, a empresa mantenedora faz o repasse espontâneo de recursos financeiros para que a FALM realize a gestão.

A Fundação é uma referência no fortalecimento do terceiro setor, assessorando organizações da sociedade civil a promovendo a defesa e garantia de direitos. A FALM atua em diversas regiões onde a AMAGGI está presente, contando com sua sede em Cuiabá (MT) e duas filiais, uma em Rondonópolis (MT) e outra em Itacatiara (AM). Sua estrutura de governança é composta por um Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Diretor. O Conselho Diretor é composto por Diretoria Executiva e Gerência de Operações, distribuída em diferentes setores: Administrativo e Programas e Projetos Sociais, sendo 03 frentes de atuação: Fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil (OCS's), Movimentos e Coletivos; Inclusão Socioproductiva e Comunicação e Relacionamento Institucional.

Seu surgimento deu-se com o objetivo inicial de construir o Hospital e Maternidade Renato Sucupira, em Sapezal (MT). Após essa intervenção, a FALM manteve atuações na forma de apoios pontuais para comunidades, até iniciar, em 2004, os primeiros projetos sociais de maneira mais estruturada. A partir de 2007, passou a ampliar o escopo dos projetos e a rede de parceiros, englobando os temas de meio ambiente, assistência social, educação e geração de renda.

Em 2013, a FALM revisitou sua estratégia de atuação e optou por uma mudança de nome, passando a incluir "Lucia Maggi", uma forma de homenagear uma das responsáveis por contribuir para a criação da FALM. Em 2018, a FALM fortaleceu sua atuação com uma nova revisão estratégica, estabelecendo metas para serem alcançadas até 2030.

O planejamento estratégico da FALM é guiado pela busca de impacto positivo e pela adaptação a um cenário em constante transformação. Em 2022, realizamos o processo de análise e diagnóstico que envolveu consultas a áreas-chaves e parcerias estratégicas internas e externas. Esse trabalho contribuiu para identificar oportunidades e desafios sociais, permitindo direcionar seus investimentos de forma alinhada às necessidades das comunidades onde atua.

Durante esse processo, a FALM construiu sua Teoria da Mudança que permite traçar caminhos necessários para alcançarmos resultados a curto, médio e a longo prazo, orientando as ações da organização de forma objetiva e focada. Mais detalhes estarão mencionados no item 19 deste relatório.

¹ <https://fundacaoandreeluciamaggi.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Politica-de-Investimento-Social-Privado-2022.pdf>

A Instituição possui Título de Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 509 de 05 de março de 2007, o Título de Utilidade Pública Estadual, conforme lei nº 6.938 de 15 de outubro de 1997 e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei n.º 4.635 de 12 de setembro de 2005, com registro no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

São finalidades institucionais estatutária, conforme artigo 3º:

- I. Estimular pesquisas e estudos nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- II. Realizar pesquisas, estudos, programas e projetos nas áreas de desenvolvimento social, da educação e da saúde, desenvolvimento econômico, agropecuário, agroindústria, desenvolvimento humano e local, com reflexos na comunidade em geral;
- III. Apoiar e incentivar ações nas áreas da educação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, recreação e esporte estudantil, proporcionando integral desenvolvimento da coletividade, do bem comum, no interesse social;
- IV. Promover cursos, palestras, congressos, seminários, simpósios e conferências sobre temas relacionados ao interesse do investimento social privado;
- V. Prestar qualquer tipo de apoio a outras instituições e iniciativas sociais, dentro de seu escopo de atuação, apoiando, reconhecendo e/ou premiando as melhores práticas para que se fortaleçam no processo de trabalho de impacto nas comunidades em que atuam;
- VI. Realizar e formalizar parcerias de colaboração ou convênios com instituições congêneres ou afins, viabilizando projetos e atividades, mantendo intercâmbios técnicos ou científicos, educacionais, culturais, assistenciais, beneficentes, informativas e quaisquer outros correlatos a tais atividades.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis também consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterações posteriores), adaptadas às peculiaridades das entidades de fins não lucrativos, em consonância com a Interpretação Técnica NBC ITG 2002 (R1) – “Entidades sem Finalidade de Lucro”.

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Fundação autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2025, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

2.1. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

A FALM não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não apresentou a Demonstração dos Resultados Abrangentes, conforme requerido pelo CPC 26 (Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.4. DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis e outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Perda crédito de liquidação duvidosa estimada para:
 - * Vida útil dos ativos
 - * Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
 - * Provisões e contingências
 - * Ajuste a valor presente
 - * Reconhecimento de receita

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

a) Instrumentos financeiros básicos

A Fundação contabiliza os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

Caixa e equivalentes de caixa; e

Instrumento de dívida (tal como uma conta, título ou empréstimo a pagar)

(i) *Ativos financeiros básicos*

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos ao custo amortizado com o uso do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Fundação reconhece os instrumentos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação, na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Fundação desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Fundação em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a FALM tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros básicos abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 3 (três) meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Fundação na gestão das obrigações de curto prazo.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Fundação reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Fundação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Fundação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Fundação possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e impostos.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa estão divididos em recursos restritos e incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até seis meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aplicação original, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

c) Aplicações Financeiras de Curto e Longo prazo – As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos *pró-rata* até a data do balanço.

d) Ativo Circulante Mantido para Venda ou Descontinuado – A Fundação classifica um ativo ou o grupo de ativos mantido para venda quando esse estiver disponível para venda ou doação imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. Com isso, a sua venda ou doação deve ser altamente provável. Assim, a entidade classifica um ativo não circulante como mantido para venda ou descontinuado se o seu valor contábil vai ser recuperado por meio de transação de venda ou se aprovado pelo órgão interno deliberativo juntamente validado com o Ministério Público a doação do imobilizado.

e) Imobilizado – O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

f) Redução ao valor Recuperável de Ativos – A Fundação avalia anualmente a existência de possíveis indícios, que possam levar a perda do valor recuperável de seus ativos não financeiros, em especial dos grupos imobilizado e intangível. Na avaliação considera eventos e/ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam colocar em risco a continuidade de suas operações ou que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, de acordo com a NBC TG 01 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos). Havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

g) Outros Ativos circulantes e não circulantes - São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

h) Passivo Circulante e Não Circulante – Registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

i) Contas a pagar a fornecedores – As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens adquiridos ou serviços tomados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas

são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j) Obrigações trabalhistas e sociais – Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço.

k) As Despesas e as Receitas – Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

l) Apuração do Resultado – O resultado foi apurado seguindo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

m) Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009, que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução/CFC Nº 1.296/10, que aprovou a NBC T 03 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o INDIRETO.

n) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.138/2008 (alterada pela Resolução CFC 1.162/2009) que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado e de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

o) Trabalho Voluntário e Gratuidades – A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

4. NOVAS NORMAS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Fundação ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de superávit e déficit da Fundação, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Fundação também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores de disponibilidade imediata mantidos em tesouraria e instituições financeiras. A variação demonstrada no saldo, refere-se à movimentação realizada nas aplicações financeiras, onde parte do recurso foi transferido para uma aplicação de longo prazo (nota 8-a). Segue os valores em disponibilidade:

Contas	2024	2023
Fundo fixo	3.166	3.910
Bancos - conta movimento	102.002	120.684
Aplicações financeiras	5.399.829	8.233.127
Saldos totais em reais	5.504.997	8.357.722

Os valores mantidos em conta corrente estão vinculados a aplicações financeiras automáticas mantidas pela FALM com o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo, condicionadas às restrições determinadas em contrato, com rendimentos indexados ao CDI.

6. CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER

Os saldos deste grupo referem-se a adiantamentos de viagens e adiantamento de férias, segue valores:

Contas	2024	2023
Adiantamento a empregados	-	4.400
Adiantamento a fornecedores	-	167
Impostos a recuperar	975	975
Saldos totais em reais	975	5.543

7. OUTROS CRÉDITOS

Este grupo é composto pelos seguros e serviços contratados, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal:

Contas	2024	2023
Assinaturas e anuidades a apropriar	3.707	6.395
Premios de seguros a apropriar	1.937	1.942
Outras despesas antecipadas	-	44
Saldos totais em reais	5.644	8.381

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se aos valores aplicados em instituições financeiras sem liquidez imediata com vencimentos superior há 12 meses. Em agosto de 2023, com o objetivo de aumentar a rentabilidade dos valores mantidos em aplicações financeiras, a FALM realizou uma aplicação na modalidade CDB a uma taxa de rentabilidade de 114% do CDI com vencimento em agosto de 2026. Abaixo os valores representados:

Contas	2024	2023
Aplicação financeira	13.793.460	12.265.266
Saldos Totais em Reais	13.793.460	12.265.266

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear para perdas por imparidade, quando aplicável.

Adicionalmente, a FALM verificou que não havia a existência de indicadores de que os ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável ou que houvesse alteração na vida útil determinada para cada ativo, conseqüentemente, não houve alterações relevantes da vida útil estimada e não foi identificado perda de valor recuperável destes ativos.

Rubricas	Quant. Bens	Taxa Anual	2024	Adições	2023
Máquinas e Equipamentos	64	6,67%	140.199	9.618	130.581
Equipamentos de Informática	109	20%	284.197	38.845	245.352
Móveis, Eletro e Utensílios	88	6,67%	88.450	37.694	50.756
Equipamentos Audiovisuais	78	100%	54.451		54.451
(-) Depreciação Acumulada			(334.787)	(33.709)	(301.078)
Imobilizado líquido, em reais			232.510	86.157	180.062

Rubricas	Quant. Bens	Taxa Anual	2024	Adições	2023
Software	20	20%	58.800	-	58.800
(-) Amortização Acumulada			(58.800)	-	(58.800)
Intangível líquido, em reais			-	-	-
Total do Imobilizado e Intangível			232.510	-	180.062

10. PASSIVO CIRCULANTE (Obrigações a Curto Prazo)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscais-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais. Segue composição do Passivo Circulante:

Descrição	2024	2023
Fornecedores	1.585	29.021
Obrigações trabalhistas e sociais	246.278	214.289
FGTS	10.167	10.279
INSS	32.372	35.328
PIS	1.204	2.071
IRRF	29.632	20.456
Férias	128.552	108.667
Encargos sobre férias	44.350	37.490
Obrigações Fiscais	10.128	3.441
IRRF	305	110
ISS a Recolher	6.869	2.839
PIS/COFINS/CSLL	1.145	492
INSS S/Serviços	1.810	-
Receitas de projetos a executar	50.000	50.000
Doação para Fundo Pró-Educação (NE 20.1)	50.000	50.000
Total em reais	307.991	296.751

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, subtraído o Déficit do exercício de R\$ 1.290.627 (um milhão, duzentos e noventa mil, seiscentos e vinte e sete reais), os bens recebidos através do ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

11.1 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 e aplicação do CPC 27 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado. Assim, o saldo refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído dos ativos, o qual é realizado por baixa e/ou depreciação dos bens que deram origem ao ajuste.

11.2 RESULTADO DO EXERCÍCIO

Déficit do exercício de 2024 foi de R\$ 1.290.627 (um milhão, duzentos e noventa mil, seiscentos e vinte e sete reais) e consta incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

12. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, e é isenta à incidência das Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido por força da Lei No. 9.532/97; Lei No. 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e Decreto 8.242/14.

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Eventualmente, a Entidade recebe doações de pessoas físicas e jurídicas, conforme estão previstas no seu Estatuto Social, artigo 6º. Segue abaixo o demonstrativo de receitas:

Contas	2024	2023
Doações nacionais pessoa jurídica com assistência social	6.904.493	10.042.430
Doações nacionais pessoa física com assistência social	11.209	0,00
Doações internacionais	21.476	5.106
Voluntariado e gratuidades	253.628	280.303
Saldos totais em reais	7.190.804	10.327.839

14. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Contas	2024	2023
Custos operacionais	(10.430.072)	(6.253.793)
Despesas com trabalho voluntário	(252.705)	(254.972)
Despesa com gratuidades em serviços	(922)	(25.331)
Gerais e administrativas	(169.187)	(159.844)
Depreciação e amortização	(33.709)	(10.780)
Saldos totais em reais	(10.886.596)	(6.704.720)

15. RESULTADO FINANCEIRO

Contas	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.390.897	2.156.383
Multa e juros	(942)	(22)
IOF	(1.707)	(184)
Tarifas bancárias	(7.998)	(10.136)
Taxas administrativas	(11.097)	(3.263)
Saldos totais em reais	2.369.152	2.142.779

16. OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (Fatos Extraordinários)

Conforme a Resolução CFC Nº 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Contas	2024	2023
Outras receitas	36.013	66.233
Outras despesas		(8.610)
Saldos totais em reais	36.013	57.623

17. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS (INSTRUMENTOS FINANCEIROS)

Desde 2021, a FALM com uma Política de Investimentos que define as diretrizes para a aplicação e gestão de dos recursos financeiros.

Essa política assegura a sustentabilidade e a perenidade das atividades da organização, estabelecendo critérios para a escolha de instituições bancárias e financeiras, além de procedimentos para resgates e pagamentos.

O acompanhamento dessa política é realizado pelo Comitê Executivo de Investimentos, formado por representantes de sua mantenedora.

O principal fator de risco da FALM está apresentado a seguir:

a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração, que monitora continuamente a liquidez para assegurar que a FALM tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento de metas internas e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI

Com foco na promoção de direitos e no desenvolvimento local e humano, a FALM promove iniciativas alinhadas a políticas públicas, especialmente no fortalecimento da agricultura familiar. Por meio de ações que capacitam e apoiam produtores (as), a Fundação contribui para a inclusão socioprodutiva e amplia o acesso aos mercados privados e chamadas públicas, promovendo, assim, a segurança alimentar e a economia local nos territórios onde tem atuação.

Além disso, a FALM incentiva a sustentabilidade das organizações parceiras, impulsionando sua atuação em diversas áreas, como assistência social, educação, saúde, cultura, lazer e desenvolvimento rural.

A FALM acredita que unir esforços é essencial para promover mudanças significativas. Por isso, atua em rede, estabelecendo parcerias e somando forças com diversos agentes sociais.

A FALM participa ativamente de diversas iniciativas que fomentam debates e fortalecem o desenvolvimento local, integrando conselhos e grupos estratégicos. Desde 2009, estamos presentes, no Conselho Temático de Responsabilidade Social (CORES) da Federação das Indústrias de Mato Grosso (FIEMT), que reúne pessoas empresárias e representantes de organizações públicas e privadas para tratar de questões importantes para a indústria local.

Também é associada ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) desde 2010. O GIFE atua como um centro de reflexão e disseminação de informações sobre Investimento Social Privado no Brasil, promovendo a formação de parcerias para eficiência nas ações sociais e no desenvolvimento sustentável do país.

Adicionalmente, a FALM está registrada no Conselho Municipal de Assistência Social em Cuiabá (MT). Essa participação ativa em reforça o compromisso da FALM com as comunidades locais em que está presente, torna-se, não só algo que beneficia a comunidade, mas também promove um ambiente mais favorável para a economia local.

Com base em diagnósticos e levantamentos de dados socioeconômicos, a FALM juntamente com sua mantenedora, estabelece uma matriz de priorização de localidades nas quais desenvolve o Programa Crescendo com o Local e projetos de curto, médio e longo prazo. No ano de 2024, a FALM atuou em 27 municípios localizados nos estados de Mato Grosso, Amazonas e Rondônia.

19. PROGRAMA CRESCENDO COM O LOCAL

Desde 2022, a Fundação André e Lucia Maggi (FALM) conduz o programa “Crescendo com o Local”, que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades socioeconômicas por meio do fortalecimento de organizações sociais, movimentos e coletivos. Apoiando iniciativas sociais no aprimoramento de suas capacidades institucionais e de atuação em rede.

O “Crescendo com o Local” se alicerça estrategicamente em 04 (quatro) frentes ou subprogramas principais: Agricultura Familiar, Empreendedorismo, Qualificação Profissional e Empregabilidade, e Fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil (OSC’s), Movimentos Sociais e Coletivos.

Essas frentes atuam de forma integrada e complementar, abordando aspectos essenciais para o desenvolvimento local, sem se limitar a ações isoladas. Mobilizando um ecossistema diverso de pessoas e grupos, além de promover o engajamento coletivo na construção de um mundo mais justo, igualitário e sustentável.

O Crescendo com o Local se expande em áreas de apoio, que auxiliam a monitorar e aprimorar continuamente as ações do programa. Essas áreas são responsáveis por fornecer dados, articular parceiros, ativar o ecossistema, integrar recursos e promover a inovação. Elas também desempenham um papel crucial na divulgação dos resultados e impactos das intervenções, ampliando a visibilidade e o alcance de nossas ações.

O programa tem como público-alvo artistas, crianças, adolescentes e jovens, imigrantes e/ou refugiados, mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, síndrome ou transtorno, população em situação de rua, pessoas idosas, comunidade LGBTQIAPN+, comunidade pantaneira, pessoas negras e povos tradicionais (indígenas e quilombolas).

19.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos principais pilares do programa Crescendo com o Local, a agricultura familiar desempenha um papel essencial no Brasil, sendo responsável por grande parte dos alimentos consumidos no país, como arroz, feijão, frutas e hortaliças. Esse setor gera mais de 10,1 milhões de empregos e responde por 67% das ocupações rurais, segundo o Anuário Estatístico da Agricultura Familiar 2024, publicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Além disso, a proximidade entre as pessoas agricultoras familiares e consumidores garante alimentos mais

frescos por preços mais justos, fortalecendo as economias locais. A diversidade de cultivos também favorece práticas sustentáveis, como a agroecologia, que preserva a biodiversidade e otimiza o uso dos recursos naturais.

Reconhecendo os desafios enfrentados pelos produtores e produtoras familiares, como o baixo valor agregado aos produtos e as dificuldades gerenciais, lançamos o subprograma Agricultura Familiar, com o objetivo de apoiar o fortalecimento e o desenvolvimento do setor. Sabemos que a geração de renda sustentável, a melhoria nas práticas de gestão e a adoção de novos modelos de produção são fundamentais para garantir o sucesso das propriedades familiares e cooperativas locais.

Nosso subprograma é centrado em planejamentos participativos que consideram o patrimônio sociocultural e os saberes de cada território, visando promover melhorias tanto nas práticas de gestão quanto nas questões ambientais e sociais. Acreditamos que, ao fortalecer a agricultura familiar, podemos criar mercados mais consolidados, com melhores condições de trabalho, dentro do próprio território e além dele.

Em 2024, estabelecemos metas que reforçam nosso compromisso com o desenvolvimento da agricultura familiar. Buscamos realizar capacitações focadas na gestão institucional e de negócios para associações e pequenos produtores. Além disso, ampliamos e diversificamos o volume de entregas de produtos da agricultura familiar para mercados privados em duas regiões.

Ao longo do ano, firmamos colaborações com nove associações em Itacoatiara (AM) e cinco na região do Parecis (MT), com maturidade necessária para fornecer alimentos não só para a AMAGGI, como para outros empreendimentos locais, promovendo um ciclo de desenvolvimento sustentável.

Um dos grandes avanços foi a parceria com o Sebrae em Itacoatiara (AM), que permitiu capacitar membros de comunidades como Monte Cristo, São João do Araçá e Novo Remanso. Oferecemos cursos de 110 horas que abordam desde o controle de custos de produção até o uso de ferramentas de marketing digital, como redes sociais digitais e o Canva, capacitando produtores e produtoras para uma gestão mais eficiente de seus negócios. No segundo trimestre de 2024, essas comunidades produtivas começaram a fornecer produtos hortifrutí para refeitórios da AMAGGI.

Além disso, entregamos 10 kits de ferramentas, insumos, materiais de construção e sementes para apoiar o projeto Viveiros de Açaí, em parceria com a Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento de Itacoatiara (AM). Esse projeto beneficiou 150 agricultores e agricultoras familiares, com a produção de 60 mil mudas de açaí, e tem como objetivo a busca pela produção de mudas de espécies frutíferas e florestais, diversificando a suas atividades e aumentando a renda local.

Em 2024, realizamos entregas no refeitório da AMAGGI em Itacoatiara (AM), e atualmente 54% do hortifrutí consumido nesse refeitório provém das associações com as quais estamos trabalhando, com 24 produtos diversificados adquiridos.

19.2 EMPREENDEDORISMO

Com 43 milhões de empreendedores no Brasil, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), ainda há no país desafios significativos para quem empreende, especialmente na qualificação e regularização de negócios.

Nos territórios do Programa Crescendo com o Local, identificamos um grande potencial não explorado em atividades ligadas à cadeia do agronegócio e aos mercados privados.

Com esse foco, o subprograma Empreendedorismo promove a inclusão socioprodutiva, oferecendo capacitação e suporte para que pessoas e grupos ampliem suas oportunidades de trabalho e geração de renda, fortalecendo o desenvolvimento local.

Conquistamos avanços significativos ao longo do ano. Um marco importante foi o lançamento do projeto Entre Linhas, voltado para mulheres dos municípios de Campo Novo do Parecis e Sapezal, em Mato Grosso. Essa iniciativa transforma materiais antes considerados inservíveis, como uniformes da AMAGGI, em novos produtos, como brindes corporativos, promovendo tanto a sustentabilidade quanto o empreendedorismo.

No âmbito do Entre Linhas, capacitamos 44 mulheres em corte e costura. Destas, 25 são integrantes da Casa das Marias, em Campo Novo do Parecis (MT), e 19 são associadas da Associação Thutalinansu, localizada na Aldeia Caititu, em Sapezal (MT).

Outro destaque do subprograma de empreendedorismo é a realização das Feiras de Economia Criativa, que se consolidaram como espaços de incentivo ao comércio local e ao fortalecimento de empreendedores e empreendedoras. Em 2024, promovemos seis edições: duas no Centro Cultural Velha Serpa (CCVS), em Itacoatiara (AM), e quatro na Vila Itanorte, localizada na Fazenda Itamarati da AMAGGI, em Campo Novo do Parecis (MT). Além da comercialização de produtos, a feira foi uma oportunidade de capacitação para os expositores, que participaram de treinamentos sobre manipulação de alimentos, empreendedorismo e precificação, em parceria com profissionais da AMAGGI. Também oferecemos cursos de capacitação para as pessoas feirantes, abordando temas como empreendedorismo, gestão financeira, comunicação e *design* de produtos, preparando-os para aprimorarem suas atividades. Mais que um espaço de comercialização, as feiras se tornaram um ponto de conexão entre as pessoas empreendedoras e a comunidade, promovendo a valorização da cultura local e incentivando um modelo de negócios sustentável e inclusivo.

19.3 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE

Acreditamos que a educação de qualidade e o acesso a empregos dignos são pilares fundamentais para romper ciclos de pobreza e desigualdade. Por isso, por meio do subprograma Qualificação Profissional e Empregabilidade, fomentamos o desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas e socioemocionais.

Atuamos em parceria com instituições de ensino técnico, universidades e empresas, criando oportunidades de aprendizagem prática, estágios e programas de *trainee*. Além disso, disponibilizamos programas de bolsas e subsídios educacionais, que tornam a formação técnica e profissional mais acessível para jovens e adultos de baixa renda, e nos conectamos a empresas locais para oferecer experiências práticas que ajudam a integrar os participantes ao mercado de trabalho.

Realizamos quatro Dias de Campo em fazendas da AMAGGI. Proporcionando aos jovens de escolas públicas uma experiência transformadora, cheia de aprendizado e descobertas. Foi uma oportunidade única de explorar novas possibilidades profissionais, além de entender de perto a realidade, os processos, maquinários e tecnologias que fazem parte do nosso dia a dia no campo.

Também na Vila Itanorte, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), promovemos quatro oficinas de qualificação, totalizando 136 horas de formação em

temas como Inclusão Digital (níveis básico, intermediário e avançado) e Relacionamento Interpessoal. Ao todo, 54 jovens participaram dessas ações, avançando em suas jornadas de capacitação.

As bolsas de qualificação profissional em parceria com a FATEC reafirmam nosso compromisso com o fortalecimento das competências técnicas e cognitivas de jovens para o mercado de trabalho. Ao longo do ano, celebramos a formatura de dois bolsistas do curso de Agrocomputação. Além disso, oferecemos seis bolsas de estudo, acompanhadas de auxílio financeiro, para estudantes de Cuiabá e Rondonópolis (MT).

19.4 FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Movimentos sociais e Coletivos desempenham um papel essencial na promoção da justiça social, no atendimento às populações socioeconomicamente vulnerabilizadas e na implementação de políticas públicas.

Por meio do subprograma Fortalecimento de OSCs, Movimentos Sociais e Coletivos, identificamos, mapeamos e apoiamos iniciativas sociais, fomentando sua consolidação local e a diversificação de suas fontes de recursos financeiros. Nosso objetivo é contribuir para o desenvolvimento das capacidades institucionais para que possam superar desafios locais, estimular a inovação social, ampliar a participação cidadã e estabelecer redes de apoio baseadas na confiança e cooperação mútua.

Em 2024, iniciamos a Jornada de Desenvolvimento Institucional, que se estenderá até 2026, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das iniciativas participantes. Buscamos estruturar e sistematizar suas atuações nos territórios e em agendas estratégicas voltadas para a superação das desigualdades sociais.

Sua trilha formativa, que totalizou 209 horas de formação em 2024, foi elaborada de forma colaborativa, com base em escutas ativas, diagnóstico institucional — realizado a partir da análise dos resultados da Matriz de Mapeamento de Nível de Maturidade Institucional — e cocriação. A partir das necessidades identificadas, 44 OSCs, movimentos e coletivos sociais participaram de encontros gerais, reuniões de subgrupos e escutas individualizadas. Esse processo resultou na construção dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), cuja execução será acompanhada, monitorada e apoiada financeiramente pela FALM.

Todo esse processo formativo fortalece a atuação institucional das OSCs, movimentos e coletivos sociais em Mato Grosso, Amazonas e Rondônia, ampliando sua capacidade de acessar recursos, influenciar políticas públicas e participar ativamente dos conselhos municipais. Essas ações estão alinhadas aos princípios do MROSC e ao fortalecimento do controle social nos territórios.

Os conteúdos apresentados foram considerados relevantes por mais de 90% das iniciativas participantes, sendo que os temas mais destacados foram: comunicação, gestão de processos, sustentabilidade financeira e saúde mental.

Ainda dentro do subprograma de Fortalecimento e Desenvolvimento de OSCs, Movimentos Sociais e Coletivos, destinamos apoio financeiro e suporte técnico para 16 projetos selecionados pelo Edital de Projetos de Impacto. Esses projetos abrangem áreas como empreendedorismo, formação profissional, inclusão no mercado de trabalho, diversidade e agricultura familiar. No total, foram investidos cerca de R\$ 1,3 milhões, impactando diretamente 2.532 pessoas e, indiretamente, 8.181.

Durante o ano realizamos visitas de monitoramento e avaliação para acompanhar a execução dos projetos, analisar os resultados parciais, verificar a aplicação dos recursos e identificar desafios, especialmente na gestão financeira, prestação de contas e cumprimento de cronogramas – pontos críticos em projetos que envolvem obras.

Para apoiar as OSCs nesses aspectos, intensificamos o suporte técnico e promovemos capacitações específicas. Realizamos a oficina *Descomplicando a Prestação de Contas* e, em agosto, a oficina *Parcerias e Redes de Colaboração*, além do *Tira-Dúvidas da Prestação de Contas*, com edições presenciais em Itacoatiara. Essas iniciativas fortalecem a segurança e a eficiência na execução dos projetos, garantindo maior impacto social.

Com o subprograma Fortalecimento de OSCs, Movimentos Sociais e Coletivos, reafirmamos nosso compromisso de atuar como catalisadores do impacto social positivo, fortalecendo organizações que transformam realidades e promovem o desenvolvimento nas comunidades onde estão inseridas.

20. AÇÕES INSTITUCIONAIS

20.1 Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT)

A Rede de Investidores Sociais de Mato Grosso (RIS-MT) é uma iniciativa que lideramos em parceria com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e outras instituições comprometidas com o fortalecimento do investimento social privado no estado.

Em 2024, nossas atividades estiveram focadas no fortalecimento da governança da RIS-MT, na expansão da rede de investidores e na promoção de práticas de impacto social estratégico.

Uma das prioridades definidas foi a articulação de novas empresas para integrar a rede, ampliando nossa capacidade de transformar realidades no estado. Também demos início ao planejamento de eventos importantes, como o jantar filantrópico realizado em 25 de outubro, que reuniu cerca de 30 empresários de Mato Grosso. Esse evento possibilitou a oportunidade de promover o diálogo sobre investimento social privado, fortalecer a temática na região e atrair parceiros e parceiras para a RIS-MT.

O 14º Encontro da RIS-MT marcou a entrada de 10 novas empresas articuladas pelo Grupo Gestor. Com o tema central "Leis de Incentivo e ESG: Potencializando o Impacto Social nas Comunidades", debatemos o uso estratégico das leis de incentivo e a possibilidade de formações específicas para os departamentos jurídicos e contábeis das empresas, facilitando sua adesão às práticas de investimento social privado.

Essas ações reforçam nosso compromisso com um investimento social responsável e transformador, que conecta empresas e instituições em prol do desenvolvimento sustentável de Mato Grosso.

20.2 Ações de Apoio à Rede de Proteção de Itacoatiara-AM

Desde 2020, temos atuado de forma significativa no fortalecimento da rede de proteção de Itacoatiara (AM), com foco no enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nosso objetivo é sensibilizar a sociedade sobre a gravidade dessas violações e apoiar a implementação de soluções que protejam as vítimas e assegurem seus direitos. Uma das principais frentes desse trabalho é a contribuição para a execução da Lei

13.431/2017, que estabelece a escuta especializada e a centralização das informações de atendimento. Essa abordagem busca evitar a revitimização de crianças e adolescentes, garantindo um atendimento mais acolhedor e eficiente.

Desde 2021, promovemos formações, capacitações e oficinas voltadas aos integrantes do Comitê Municipal e do Sistema de Garantia de Direitos. Essas atividades proporcionam um espaço para troca de experiências, construção coletiva de fluxos de atendimento e fortalecimento profissional dos participantes. Nosso objetivo é consolidar uma rede integrada e capacitada para oferecer um suporte humanizado e eficaz às vítimas e testemunhas de violência.

20.3 Projeto de Destinação do Imposto de Renda Devido - Clique do Bem

A campanha interna “Clique do Bem” convida nossos colaboradores e colaboradoras da AMAGGI, FALM e AL5 bank a destinarem parte do Imposto de Renda devido diretamente aos fundos municipais de apoio a projetos voltados para a proteção de crianças e adolescentes, com desconto direto na folha de pagamento. Atualmente, o montante arrecadado é destinado aos Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) de Cuiabá (MT), Confresa (MT) e Itacoatiara (AM).

Em 2024, revisamos e aprimoramos as estratégias de comunicação e divulgação da campanha, visando ampliar seu impacto. Nossa participação no Fórum “Transforme sua contribuição em Solidariedade: Doe o seu Imposto de Renda” – promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT), pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Cuiabá – também foi um marco. Na ocasião, atuamos como facilitadores de um dos painéis, que discutiu a importância da destinação do Imposto de Renda devido aos fundos municipais.

Além disso, expandimos a campanha para quatro municípios em 2024: Cuiabá (MT), Itacoatiara (AM), Confresa (MT) e São Leopoldo (RS). Essa ampliação se deu também pela necessidade emergencial gerada pelas enchentes e alagamentos no Rio Grande do Sul, que afetaram 2,3 milhões de pessoas. Entramos em contato com os conselhos municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa de São Leopoldo, com o objetivo de expandir a campanha para a região e direcionar recursos às vítimas da tragédia.

Para fortalecer o engajamento dos colaboradores e colaboradoras da AMAGGI, promovemos o Desafio de Colaboração, incentivando as pessoas a ampliarem o alcance do Clique do Bem. Estamos acompanhando os recursos doados, garantindo que sejam aplicados de forma eficaz pelos conselhos municipais e resultem em benefícios tangíveis para as comunidades atendidas.

20.4 Espaço Coletivo Centro Cultural Velha Serpa

O Centro Cultural Velha Serpa (CCVS), em Itacoatiara (AM), desempenha um papel essencial na promoção e preservação da cultura local. O CCVS tem se consolidado como um ponto turístico e cultural de grande relevância para a cidade.

Em 2024, intensificamos nossos esforços para fortalecer o COF (Capacitação, Ocupação e Fortalecimento), com o objetivo de promover o desenvolvimento dos agentes culturais locais e dinamizar o ambiente cultural de Itacoatiara (AM). A participação ativa das pessoas moradoras reflete o sucesso das estratégias de comunicação adotadas, consolidando o CCVS como um centro vibrante e essencial para o desenvolvimento sociocultural da região. Durante

o ano, realizamos 88 atividades internas, totalizando 49 horas de programação, envolvendo 2.168 pessoas diretamente nas atividades, criando conexões significativas entre a cultura local e a comunidade.

O CCVS também se destacou ao ser selecionado para o edital da 13ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos, impactando diretamente 283 pessoas.

Em reconhecimento ao nosso trabalho, o CCVS foi oficialmente incluído no Cadastro Nacional de Museus (CNM) pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o que traz visibilidade nacional e internacional ao centro e ao município de Itacoatiara (AM). Essa conquista abre portas para consultorias especializadas e para a integração com outros museus, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento cultural da região.

A formação de agentes culturais em Itacoatiara (AM) também foi uma prioridade. Iniciamos com a capacitação em projetos culturais e já planejamos expandir as formações em outras áreas, conforme as necessidades da comunidade. Além disso, o Edital de Pauta permitiu a ocupação contínua do espaço com eventos culturais. No ano, tivemos 67 solicitações de uso do espaço, destacando o crescente interesse pelo CCVS. As atividades fixas – como o CineFALM (exibições semanais de filmes do Itaú Cultural Play), a Roda de Leitura (uma atividade interativa com estudantes usando o acervo do CCVS) e as visitas guiadas – têm atraído um número expressivo de visitantes e ampliado o engajamento da comunidade.

As parcerias com a Secretaria de Cultura do município também têm sido fundamentais para fortalecer a rede cultural local. Isso se reflete nas solicitações de ocupação voltadas para ações culturais, como reuniões sobre o novo edital da Aldir Blanc e a realização de eventos como os *pockets shows* Novembro Indie e MONAH, ambos contemplados no Edital Paulo Gustavo. Essas iniciativas demonstram a importância crescente do CCVS como um espaço cultural de referência e um ponto de encontro para a troca e promoção da cultura local.

20.5 Outras Ações Pontuais / Contínuas

Neste grupo são classificados os investimentos relacionados à apoios pontuais e/ou parcerias contínuas que fazem parte da história da FALM e que são importantes serem mantidas, como por exemplo o apoio ao Hospital Renato Sucupira de Sapezal – MT, apoios a organizações como a Creche e APAE de Rondonópolis, entre outros investimentos pontuais realizados.

21 INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

A situação econômica da FALM é monitorada regularmente. A principal fonte de arrecadação da Fundação é o percentual do lucro de sua mantenedora, repassado anualmente. Há ainda rendimentos de aplicações financeiras e doações de outras empresas e pessoas físicas. Neste ano a FALM recebeu um aporte de R\$ 6.937.176,00. A cada recebimento de recurso, o Conselho Diretor tem como responsabilidade avaliar as modalidades de aplicações financeiras, negociando melhores taxas de rentabilidade do mercado e, a partir disso, levar para deliberação do Conselho Curador.

O orçamento da FALM é gerido a partir de planos anuais, que descrevem as ações e atividades dos projetos a serem desenvolvidos naquele período. A gestão baseia-se em cálculos que consideram os recursos financeiros já aplicados e a estimativa de doação da AMAGGI para os próximos anos. Dessa forma, é possível prever o fluxo de caixa.

Paralelamente ao seu processo orçamentário, todas pessoas colaboradoras são incentivadas a avaliar e incrementar a eficiência do uso dos recursos em cada projeto. O gerenciamento administrativo, financeiro, contábil e patrimonial da FALM é realizado por um sistema ERP em conjunto de outras ferramentas desenvolvidas internamente garantindo a eficiência na utilização dos recursos.

Em 2024, a FALM se manteve atenta às tendências econômicas de mercado e, como forma de dar ainda mais transparência no direcionamento de seus recursos financeiros, definiu o Índice de Eficiência Financeira, indicador que comprova que a maior parte de seu orçamento está direcionado a atender as finalidades da organização.

Para o desenvolvimento das atividades no decorrer do exercício, a FALM aplicou o total de R\$ 10.908.375,85 (dez milhões, novecentos e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos). A seguir, apresentamos o investimento realizado segregado por **Centros de Custos** que correspondem às frentes de trabalho mencionadas acima:

RESUMO DO INVESTIMENTO REALIZADO

CENTRO DE CUSTO	DESCRIÇÃO DO CENTRO DE CUSTO	VALOR (R\$) 2024	VALOR (R\$) 2023
00.9.001	Creches Rondonópolis	14.000,00	14.000,00
00.9.002	APAE Rondonópolis	16.000,00	16.000,00
00.9.003	Hospital Renato Sucupira (SAPEZAL)	30.000,00	270.000,00
00.9.006	Apoio Extras	-	128.355,46
0.10.001	Administrativo	568.904,84	114.256,82
0.10.002	Espaço coletivo - Itacoatiara - AM	225.938,54	289.675,41
0.10.003	Espaço coletivo - Rondonópolis - MT	5.698,92	9.643,97
0.10.004	Espaço coletivo - Cuiabá - MT	152,28	152,26
0.10.005	Governança	86.463,48	113.754,38
0.10.006	Programa Estratégico de Comunicação	168.718,82	264.428,98
0.10.007	Voluntariado e Gratuidades em Serviços	253.627,81	280.302,85
0.10.008	Projeto de Cap. De Recursos Destinação de IRRF	42.322,36	22.350,33
0.10.009	Projeto RIS - Rede de Investimento Social Privado	149.980,82	87.504,69
0.10.010	Ação de Apoio a Implementação da Rede de Pro	152.945,52	172.220,20
0.10.011	Advocacy	55.173,83	56.416,61
0.10.012	Gestão de Programas e Projetos	53.524,99	61.894,63
0.10.013	Espaço coletivo - Itacoatiara - AM - Ações	197.083,99	-
0.10.014	GT - Diversidade e Inclusão	80.714,85	-
0.10.015	Melhoria Contínua	20.630,25	-
0.10.016	Juntos Somos Mais Fortes - RS	125.918,91	-
0.11.001	Folha de Pagamento - Administrativo/Corporativo	732.008,40	893.544,38
0.11.002	Folha de Pagamento - Gestão de Projetos	1.602.963,52	1.433.696,02
0.11.003	Folha de Pagamento - Espaço Coletivo Itacoatiara - AM	106.498,72	86.714,30
0.11.006	Folha de Pagamento - Melhoria Contínua	234.016,90	-
0.1.7.001	Fundo Filantrópico Família Maggi	700.000,00	-
0.2.0.100	Agricultura Familiar	1.309.613,36	1.186.392,93
0.2.0.200	Empreendedorismo	788.005,56	219.405,67
0.2.0.300	Qualificação e Empregabilidade	480.859,54	564.724,91
0.2.0.400	Fortalecimento de OSCS	2.706.609,64	441.499,77
TOTAL GERAL		10.908.375,85	6.726.934,57

22 COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a FALM efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Os valores referentes aos Prêmios de seguros contratados contra eventuais sinistros de qualquer natureza, são registrados como Despesas Antecipadas a serem apropriados nas contas de resultado, de acordo com o período de cobertura das apólices.

Cuiabá - MT, 31 de dezembro de 2024.

Belisa Souza Maggi
Presidente Conselho Curador

Juliana de Lavor Lopes
Diretora Executiva

Ademir Creado Navas
Contador - CRC 1SP125442/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores Diretores e Administradores da
Fundação André e Lucia Maggi
Cuiabá – MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação André e Lucia Maggi**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Fundação André e Lucia Maggi**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Fundação. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da **Fundação André e Lucia Maggi**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Fundação André e Lucia Maggi**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Fundação André e Lucia Maggi**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Fundação André e Lucia Maggi**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos da **Fundação André e Lucia Maggi**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Fundação André e Lucia Maggi** a não mais se manter em continuidade operacional.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460

Warley de Oliveira Dias

C O N T A D O R

CRC/MG nº 094.865

FUNDAÇÃO ANDRÉ E LUCIA MAGGI
CNPJ/MF nº 01.832.808/0001-06

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em atendimento ao Artigo 22, item III ao que determina o Estatuto Social da Fundação André e Lucia Maggi (FALM), vimos dar o parecer sobre as Demonstrações Contábeis do exercício de 2024.

Diante das documentações recebidas, sendo: balancetes contábeis, livro razão, relatórios contendo orçado e realizado dos projetos e ações de desenvolvidas pela FALM, relatórios de receitas e saldos bancários, o Conselho Fiscal procedeu à análise das informações financeiras referente ao exercício de 2024.

Por fim, em nossa opinião com base na documentação verificada, as Demonstrações contábeis e Notas Explicativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente a situação econômico-financeira da Fundação André e Lucia Maggi.

Cuiabá-MT, 13 de maio de 2025.



Documento assinado digitalmente
SYRLEI QUEIROZ DE OLIVEIRA
Data: 16/05/2025 18:53:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Syrlei Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Fiscal